



**SAI A FORMAÇÃO HUMANA E ENTRA O EMPREENDEDORISMO:
O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E O CENTRO
SEBRAE DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA.**

Maria Eduarda Moraes da Silva¹
Fernando Santos²,

Universidade Federal de Jataí - UFJ/ maria.moraes@discente.ufj.edu.br

² Universidade Federal de Jataí - UFJ/fernandosantos@ufj.edu.br

Resumo

O presente trabalho é uma pesquisa em andamento que visa analisar a implementação da educação empreendedora nas políticas educacionais, tendo como foco a atuação do Sebrae por meio do Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) e do Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora (CER). O estudo parte da compreensão de que tais iniciativas, articuladas a interesses do capital, orientam e atuam na construção de políticas públicas na educação a partir de documentos como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Entendemos que essa influência molda as propostas curriculares das redes escolares municipais adotando seguindo uma lógica voltada à formação de alunos ajustados às exigências do mercado. A pesquisa utiliza como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, fundamentando-se na crítica da economia política e na pedagogia da hegemonia. A metodologia parte da análise documental de políticas públicas, diretrizes curriculares e materiais produzidos por aparelhos privados de hegemonia (APH). O estudo busca evidenciar como a educação empreendedora, ao se sobrepor à formação humana, contribui para a consolidação de uma nova pedagogia da hegemonia, promovendo a adaptação e a obediência da força de trabalho ao modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Educação empreendedora. SEBRAE. Formação humana.

Introdução

Nos últimos anos a educação brasileira tem vivenciado um processo prolongado de reformas que alteraram significativamente o foco das suas diretrizes e políticas educacionais. De acordo com Heloani (2018) as reformas educacionais ocorridas nos 1990 foram inseridas com a intenção de se ajustar às novas exigências do capital. Para Hypolito et al., (2012, p.3) “[...] essas políticas estão constantemente em disputas em torno de hegemonia e de significados da educação [...]”. As mudanças que ocorrem no campo da educação nos apresentam ser necessárias e inevitáveis, uma demanda da modernidade, ou melhor do capitalismo. Isso tem gerado aceitação sem questionamento, influenciando diretamente a concepção de educação das pessoas.

A vulgarização do “vocabulário da reforma” pode ser considerada uma estratégia de legitimação eficaz na medida em que consegue “colonizar” o discurso, o pensamento educacional e se espalhar no cotidiano como demanda imprescindível da “modernidade”. Alguns teóricos se referem a este

fenômeno como “globalização das políticas sociais”, uma vez que evidenciam certa similitude nos passos das reformas implementadas por diferentes Estados nacionais, ou como “epidemia política”. (Shiroma, Campos e Garcia, 2005, p. 429).

A ostensividade e intervenções na construção de políticas públicas para a educação podem ser percebidas a partir da atuação de organismos internacionais e de aparelhos privados de hegemonia, Macedo (2014, p.1533), destaca: “[...] agentes sociais privados apareciam no cenário da educação, buscando interferir nas políticas públicas para a educação também com perspectivas de maior controle sobre os currículos”. Sabemos que quando instituições privadas entram no campo educacional, há uma forte tendência de tratar a educação como uma mercadoria, “cujo principal escopo é o de reduzir custos para otimizar a taxa de lucro” (Heloani, 2018, p.175), não levando em conta o aprendizado e a formação científica do aluno, tampouco os entraves para a implementação de programas recomendados por organismos internacionais como apontam Shiroma, Campos e Garcia (2005):

As recomendações presentes nos documentos de política educacional amplamente divulgados por meios impressos e digitais não são prontamente assimiláveis ou aplicáveis. Sua implementação exige que sejam traduzidas, interpretadas, adaptadas de acordo com as vicissitudes e os jogos políticos que configuram o campo da educação em cada país, região, localidade; tal processo implica, de certo modo, uma reescrita das prescrições, o que coloca para os estudiosos a tarefa de compreender a racionalidade que os informa e que, muitas vezes, parece contraditória, fomentando medidas que aparentam ir em direção contrária ao que propõem (Shiroma, Campos e Garcia, 2005, p. 430-431).

Como exemplo dos aparelhos privados de hegemonia (APH) podemos citar o Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) e o Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora (CER), criados pelo Sebrae, tendo como intuito difundir o empreendedorismo no processo formativo tanto dos alunos como também dos professores. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é um órgão criado em 9 de outubro de 1990 pelo decreto nº99.570¹, complementando a Lei nº 8029, de 12 de abril, caracteriza a entidade como uma instituição privada, de atuação em todo território nacional, sendo a principal responsável pela implementação de iniciativas de educação empreendedora, promovendo programas e cursos voltados para o desenvolvimento de habilidades do empreendedorismo.

O Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) e o Centro Sebrae de

¹ DECRETO N° 99.570, de 9 de outubro de 1990, desvincula da Administração Pública Federal o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), transformando-o em serviço social autônomo, passando a denominar-se Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Referência em Educação Empreendedora (CER) têm emergido como instituições e iniciativas centrais na promoção de uma agenda voltada para o desenvolvimento de competências empreendedoras, influenciando diretamente a estrutura e o conteúdo da educação em diversos níveis. O CER desempenha um papel crucial na implementação dessas diretrizes, fornecendo capacitação e material pedagógico para gestores, secretários, educadores e estudantes, o site do Sebrae (2022) afirma:

Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora (CER) trata-se de uma iniciativa para produzir e compartilhar conhecimento, além de elaborar estudos, pesquisas e ferramentas com foco no desenvolvimento e no fomento da educação empreendedora. Um de seus objetivos é ser uma ponte entre o universo acadêmico e o mundo do trabalho. O CER é um ambiente onde a produção de conhecimento é fomentada por parcerias estratégicas com universidades, empresas, centros de pesquisa e profissionais renomados nacional e internacionalmente. Por meio de conteúdo de alta qualidade, o intuito do CER é inspirar acadêmicos e empreendedores e impactar positivamente o ensino e a formação de uma cultura empreendedora no Brasil. No CER, o empreendedor encontra todo o conteúdo necessário para inovar nos negócios e os professores conteúdos para usar na sala de aula, com o intuito de inspirar pessoas e difundir a Educação Empreendedora (Sebrae, 2022).

A educação empreendedora é um conceito que envolve capacitar indivíduos, com habilidades, conhecimentos e atitudes necessárias para desenvolver o espírito empreendedor e conduzir iniciativas inovadoras. Ela começou a se desenvolver nos anos de 1990, com a crescente necessidade de preparar as novas gerações para um mercado de trabalho em transformação e não mais para formação humana e científica, que de acordo com Neves (2005):

No decorrer do século XX, diante das mudanças qualitativas na organização do trabalho e nas formas de estruturação do poder, o Estado capitalista, mundialmente, vem redefinindo suas diretrizes e práticas, com o intuito de reajustar suas práticas educativas às necessidades de adaptação do homem individual e coletivo aos novos requerimentos do desenvolvimento do capitalismo monopolista (Neves, 2005, p.26).

Se entendermos que a educação, historicamente, tem servido como um meio eficaz de difusão da dominação burguesa ao estruturar currículos e métodos de ensino que refletem e perpetuam os valores e interesses da classe dominante, logo, um sistema educacional que enfatiza a meritocracia e a competição, como podemos constatar na base da educação empreendedora. Por trás das entrelinhas dessa educação, está o interesse da classe dominante em manter seu poder, assegurar o consenso, intensificar a exploração e a dominação. As políticas sociais, em especial as educacionais, não são neutras, elas carregam intencionalidades,

acerca disso,

A politização da sociedade civil proporcionou à burguesia um novo conteúdo e uma nova forma às suas estratégias de dominação, transformando-a, simultaneamente, de modo mais equilibrado, em classe dominante e classe dirigente. Com a conquista dos aparelhos privados de hegemonia de tipo tradicional, a criação de novos aparelhos ou controle e a refuncionalização de espaços difusores de ideias das classes dominadas, essa burguesia vem conseguindo, historicamente, traduzir seu domínio econômico-político em direção de toda a vida social. Mais ainda, a politização da sociedade civil demanda um novo formato às disputas pelo próprio poder, uma vez que a balança entre coerção e consenso ou repressão e convencimento terá de ser direcionada pela busca incessante de legitimação de um conjunto de práticas e ideias destinadas à tentativa de conversão de interesses particulares em gerais, a qual, se dotada de êxito, irá colaborar para que a classe burguesa consiga resolver a seu favor a possível (e sempre presente) contradição entre domínio e direção, tornando esses termos complementares e, para a sociedade, não-conflitantes (*Ibidem*, 2005, p.24).

Diante desse cenário, a discussão sobre a primazia do empreendedorismo em relação a formação humana levanta questões cruciais quanto ao papel da educação na sociedade, a priorização de competências econômicas e empresariais em detrimento de uma formação humana pode desvalorizar aspectos como cidadania, ética, pensamento científico e social.

Por conseguinte, sabendo que o campo educacional possui rivalidade entre “os educadores profissionais, mais próximos a um projeto de educação humanista tributário do iluminismo do século XVIII, e os reformadores empresariais” (Heloani, 2018, p.173) a pesquisa visa analisar o impacto das políticas neoliberais no cenário educacional brasileiro, questionando a hegemonia e ênfase na retórica e nas práticas da educação empreendedora como promotora de uma educação inovadora, eficiente e eficaz, o que na verdade se concretiza como uma intencionalidade política das frações dominantes no Estado e logo na constituição das propostas de políticas públicas para a educação. Para Shiroma, Campos e Garcia essa disputa não é apenas conceitual,

[...] as disputas impregnam os textos das condições e intenções políticas que marcaram sua produção, expressando interesses litigantes. Vale observar, contudo, que intenções políticas podem conter ambiguidades, contradições e omissões que fornecem oportunidades particulares para serem debatidas no processo de sua implementação. O controle sobre a representação da política, logo, sobre a hegemonia discursiva, não é problema de fácil solução; uma das armadilhas das quais temos que nos desvencilhar é o uso constante da retórica e a atribuição de diferentes significados e sentidos aos termos chave (Shiroma, Campos e Garcia, 2005, p. 432).

A hegemonia discursiva é instrumentalizada e voltada exclusivamente para promover e reforçar o perfil da mão de obra necessária ao mercado de trabalho, uma formação cada vez

mais aligeirada e superficial que distancia o trabalhador da reflexão sobre sua atividade como parte do processo produtivo, da divisão social do trabalho e do trabalho socialmente necessário, a esse respeito Suchodolski argumenta:

A divisão do trabalho que Marx classificou de natural ou «divisão do trabalho na sociedade», ou «divisão social do trabalho», aparece em épocas muito remotas. «No seio da família e mais tarde, ao desenvolver-se esta, no seio da tribo, surge uma divisão natural do trabalho, baseada nas diferenças de idades e de sexo, isto é, em causas puramente fisiológicas que, ao dilatar-se a comunidade, ao crescer a população e sobretudo ao surgirem os conflitos entre diversas tribos, com a submissão de umas em relação a outras, vai estendendo o seu raio de ação. (Suchodolski, 1976, p. 122)

Nesse sentido, é tarefa fundamental compreender o papel da educação, da formação da força de trabalho especializada, sob a luz das mudanças que se processam no capitalismo da era da acumulação flexível (ANTUNES, 2018) operadas pelo ideário neoliberal e difundidos pelas ações do Estado Gestor.

Dentro desse contexto, destaca-se a crescente inserção da educação empreendedora como estratégia para moldar sujeitos obedientes e alinhados às exigências do mercado. Diante disso, emerge a necessidade de investigar como a atuação do Sebrae, por meio do Centro de Referência em Educação Empreendedora e do Programa Nacional de Educação Empreendedora, influenciou na construção do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e de que forma os princípios da educação empreendedora se refletem no currículo das escolas municipais de Jataí-GO?

Objetivos

Dessa forma, nosso objetivo geral é analisar a influência da atuação do Sebrae na formulação de políticas educacionais nacionais, especialmente o PNE e a BNCC, e compreender como os princípios da educação empreendedora têm sido incorporados ao currículo das escolas municipais de Jataí-GO.

Nossos objetivos específicos perpassam em: investigar o papel do Sebrae na formulação e difusão da educação empreendedora no Brasil, especialmente por meio do Centro de Referência em Educação Empreendedora e do Programa Nacional de Educação Empreendedora; Compreender a finalidade da educação empreendedora na formação dos alunos dentro da lógica capitalista; Identificar elementos da educação empreendedora presentes nos textos do (PNE) e da (BNCC); Analisar as diretrizes curriculares da Secretaria Municipal

de Educação de Jataí-GO, buscando evidências da incorporação dos princípios dessa educação.

Metodologia

Tendo como referência a necessidade do trabalho com a análise de documentos de políticas educacionais, sejam eles produzidos nas instâncias estatais ou por organismos internacionais e aparelhos privados de hegemonia, o referencial teórico desta proposta de pesquisa se coloca no campo do materialismo histórico-dialético com a necessidade de

Inquirição ordena os estudos que realizamos com documentos educacionais, pois neles estão impressas – por afirmação ou elisão – o conteúdo e o sentido do que deve ser internalizado mistificadamente pelos sujeitos sociais, transformando-se em sua visão de mundo, alienada e degradante. Esse compromisso nos afasta, pois, da ideia de que pesquisar política educacional corresponda necessariamente a avaliá-las. Não as estudamos para aferir se “funcionam”, se são melhores ou piores que as antecessoras, se produzem melhores resultados nem se vão conduzir à etérea “qualidade” da Educação, ou à eficácia da escola. Não pretendemos explicar a política em si, tomando-a em sua lógica interna autojustificadora porque não é possível compreendê-la isolada da materialidade, da correlação de forças que a produziu. Apartada de suas múltiplas determinações não podemos encontrar seu sentido, o que, preliminarmente, nos coloca o alerta de não cairmos na tentação de abstrair o discurso, o texto, o documento, das condições materiais de sua produção. Analisamos documentos procurando decifrar, nos textos, os objetivos anunciados ou velados de determinada política, para entender como se articulam ou afrontam o projeto hegemônico burguês como impactam a luta de classes, como colaboram ou dificultam a construção de uma sociabilidade que supere o modo de produção capitalista (Shiroma e Evangelista, 2018, p. 88).

Nesse sentido, é importante ter como base de análise a documentação produzida por aparelhos privados de hegemonia e por organismos internacionais, relacionando-os com a produção intelectual que confirmou e consolidou a nova pedagogia da hegemonia. Entendemos que um dos aparelhos privados de hegemonia que atuou efetivamente na constituição da ideia de educação empreendedora teve a participação efetiva do SEBRAE. Através da análise de seus documentos entendemos que esse tipo de metodologia permite investigar a temática não apenas com base na descrição dos fenômenos, mas também na reflexão crítica e problematização dos dados, abordando as tensões e contradições geradas pela substituição da formação humana pela educação empreendedora. De acordo com Netto (2011, p.53) “O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”.

A formação humana tem como base o desenvolvimento do conhecimento científico,

cidadania, capacidade crítica e formação cultural, preparando o indivíduo para atuar como cidadão consciente em diversas esferas sociais. Ao priorizar o empreendedorismo, a ênfase desloca-se para o desenvolvimento de habilidades diretamente voltadas para o mercado de trabalho, como gestão de negócios, inovação, resiliência, criatividade, autonomia e etc.. Embora o empreendedorismo possa ser visto como uma competência importante para o desenvolvimento econômico, sua predominância pode reduzir o espaço para a formação científica.

Referencial Teórico

A fundamentação teórica-metodológica está associada à crítica da economia política nas contribuições de Marx e na pedagogia da hegemonia, como ferramenta fundamental para análises das principais influências ideológicas do projeto societário hegemônico presentes nas construções das políticas educacionais que podem ser observados no desenvolvimento das atividades de ensino e planejamento e matérias pedagógicos em especial. Pois concordamos com Netto (2011, p. 13) que “Marx [...] teria sido aquele que, na análise da história e da sociedade, situou o “fator econômico” como determinante em relação aos “fatores” sociais, culturais e etc.”.

Diante disso, as análises das reformas e mudanças educacionais devem considerar as ideias dominantes e o modo de produção vigente, uma vez que estes exercem influência direta sobre toda a estrutura social, especialmente na educação. Espaço que, em tese, deveria ser dedicado à aquisição do conhecimento científico, sistematizado e cultural, transformou-se, cada vez mais, em um ambiente voltado à formação técnica da força de trabalho, atendendo prioritariamente às demandas do mercado.

Considerações Finais

Como resultado final da nossa pesquisa é que ela possa evidenciar a constituição de uma nova pedagogia da hegemonia uma vez que:

Desde o final do século XX, no período em que, sob o novo imperialismo, intensificam-se as formas de exploração e de dominação para assegurar a reprodução ampliada do capital, considerável número de pensadores dedicou-se a analisar as mudanças que vinham acontecendo em âmbito mundial. Parcela significativa desses teóricos sugere que as relações sociais capitalistas estariam superadas ou teriam perdido a relevância na constituição e na dinâmica das sociedades contemporâneas.

As ideias difundidas por esta perspectiva de análise sugerem que o “novo mundo” exigiria novos nexos entre razão e realidade para não deixar escapar o que estaria diante de nossos olhos: as experiências multifacetárias, a diversidade social e política, as novas interações entre local e o global, as novas identidades culturais e o aparecimento de indivíduos mais autônomos e reflexivos (Neves, 2010, p. 24)

A pesquisa espera também colocar em relevo aspectos fundamentais da pedagogia da hegemonia articuladas às estruturas do modo de produção, ou seja, aos pilares do capital, do trabalho e do Estado, na qual Mészáros (2015) aponta como dimensões de

Inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articulado – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado. Pois, paradoxalmente, o pilar material fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital. (Mészáros, 2015, p.150)

Dessa forma não podemos perder de vista essa inseparabilidade que está presente na gestão do aparelho estatal e nas práticas de aparelhos privados de hegemonia que estão interligadas nas reformas das políticas educacionais, conformando as principais características de novos trabalhadores. A formulação de concepções gerencialistas sob princípios do empreendedorismo, da eficiência, da eficácia e produtividade que engendram novas subjetividades voltadas, quase que exclusivamente, para o atendimento das demandas do modo de produção capitalista.

Diante dessa interpretação da realidade, a pesquisa perpassa pela avaliação dos alcances de uma nova pedagogia da hegemonia na conformação de aspectos ideopolíticos que se expressam na produção e reprodução das ações das frações dominantes da sociedade, na construção das políticas públicas educacionais, nos currículos e no conhecimento científico.

Agências de fomento: Este trabalho está sendo financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de concessão de bolsa de estudos.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo. 2018.

BRASIL. Decreto nº99.570, de 9 de outubro de 1990. Desvincula da Administração Pública Federal o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), transformando-o em serviço social autônomo. Brasília, DF 9 de outubro de 1990. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d99570.htm. Acesso em: 12 de out. 2024.

HELOANI, Roberto. **Modelos de gestão e educação:** gerencialismo e subjetividade. São Paulo: Cortez, 2018.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas dos Santos; LEITE, Maria Cecília Lorea. **Currículo Gestão e trabalho docente.** Revista e-curriculum, São Paulo, v.8 n.2 ago. de 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/10989>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Curricular Comum:** Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. Revista e-Curriculum, 12: 1530-1555, 2014.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro II. O processo de circulação. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro III. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar.** São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégia para educar para o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital:** intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

SEBRAE. **Centro Sebrae de referência em Educação Empreendedora.** 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/centro-sebrae-de-referencia-em-educacaoempreendedora,bf7659b239cfb510VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=O%20CER%20%C3%A9%20um%20ambiente,profissionais%20renomados%20nacional%20e%20internacionalmente>. Acesso em: 06 set. 2024.

SHIROMA, Eneida. CAMPOS, Roselane. GARCIA, Rosalba. **Decifrar textos para compreender a política:** subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. In: Perspectiva. Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SHIROMA, E.; EVANGELISTA, O. **Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional:** contribuições do marxismo. In: CÉA, G.; RUMMERT, S. M.; GONÇALVES, L. **Trabalho e Educação:** interlocuções marxistas. Rio Grande: Editora da FURG, 2018, p. 87 – 124.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A teoria marxista da educação.** Lisboa: Editora Estampa, 1976.